

CPLP: “COOPERAÇÃO, INTERAÇÃO E PARTILHA TÊM DE SER MAIS EVIDENTES E TRABALHADAS ENTRE TODOS”

Pedro Couto, Chairman da CGA – Couto Graça & Associados, em entrevista à Revista Pontos de Vista, analisa o que é necessário construir para que haja um desenvolvimento daquele que é chamado projeto CPLP.

A CGA tem uma parceira com a Cuatrecasas Gonçalves Pereira, RL, com a MA&S – uma sociedade de advogados moçambicana, é membro da “Lex África” – uma rede de escritórios e da IsFin – a rede mundial líder mundial em finanças islâmicas. Todas as parcerias e redes de contactos existentes servem que propósito?

As parcerias traduzem-se, para nós, numa grande importância uma vez que nos permitem estarmos ligados a um mundo que, hoje, é muito global. A globalização implica que tenhamos tais sinergias, de cariz internacionais, neste sentido as parcerias são uma clara mais-valia uma vez que nos possibilitam movimentarmo-nos em mercados internacionais.

Somos membros da “Lex África” e percebemos o benefício desta associação quando vemos que os investidores olham para África e não para um país em concreto. O facto de termos acesso a esta rede de escritórios a nível continental é o que nos garante fazer parte daquilo que os investidores procuram. Esta perspectiva internacional é o principal propósito de todas as parcerias.

Quais são os grandes desafios que a CGA tem enfrentado com o evidente crescimento socioeconómico de Moçambique?

O grande desafio que se sobressai daí é exatamente o acompanhamento necessário de todo este crescimento, principalmente, no que diz respeito aos recursos humanos e à competência. O crescimento implica a criação de um investimento na área da formação para podermos suprir todas as necessidades e o capital humano ainda é o «calcanhar e Aquiles» em Moçambique. Este é o nosso grande desafio enquanto sociedade de advogados, o conseguirmos posicionarmo-nos a nível estratégico e através dos recursos humanos com vista a dar resposta a este crescimento que tem sido exponencial.

Na sua opinião, que perspectivas partilham os advogados no seio da CPLP? E, por outro lado, que aspetos têm de ser aperfeiçoados?

Acredito que aquilo que todos os advogados partilham no seio da CPLP é vontade uma maior interação e cooperação dentro daquilo que é o próprio projeto. Entre os escritórios, principalmente na troca de experiências, no desenvolvimento humano e inclusivamente na partilha de clientes e de projetos. Relativamente ao que é necessário ser aperfeiçoado é exatamente o que acabei de citar. Não me parece que haja uma grande interação e partilha daquilo que se faz, a que há é muito escassa.

Existe uma cooperação entre Portugal e os paí-



PEDRO COUTO

”

Acredito que aquilo que todos os advogados partilham no seio da CPLP é vontade uma maior interação e cooperação dentro daquilo que é o próprio projeto

“

ses da CPLP mas entre os restantes nota-se pouca troca de experiência e muito pouca organização. Resumidamente é isto que tem de ser aperfeiçoado de modo a que se cumpram os objetivos daquilo que é a CPLP, é preciso que se aproveitem as vantagens e se tente desenvolver mais soluções. Começa a haver alguma cooperação mas é algo ainda muito ténue, não existe uma consolidação, apesar da vontade de muitos. Nunca existiu, por exemplo, uma iniciativa conjunta para ver o que se pode fazer, há pouca atividade. Diria que há sim uma relação bilateral entre alguns países mas uma relação multilateral não.

Através de que pontos considera que pode ser alavancado o desenvolvimento económico e o empreendedorismo sustentável para que surja uma dinâmica económica favorável à cooperação bilateral, multilateral e empresarial dentro da CPLP?

Observando a questão da cooperação bilateral, ela já é mais patente, não a um nível de relação

CPLP mas num sentido de interesse económico.

Dentro da questão empresarial e multilateral, existe muito pouco aproveitamento. Há ainda uma dinâmica muito fraca nesta perspetiva, talvez fruto da fraca potencialidade dos outros países, porém, penso que se nos juntarmos podemos criar sinergias que podem posteriormente ser desenvolvidas, ou seja, algo que de momento não está a acontecer.

Pessoalmente, acredito muito no projeto CPLP e que o mesmo poderá resultar muito bem, no entanto, questões como cooperação, interação e partilha têm de ser mais evidentes e trabalhadas entre todos.

Que vantagens poderão advir de uma melhor internacionalização da Língua Portuguesa enquanto língua de trabalho e veículo para os negócios?

Falamos todos a mesma língua é a vantagem óbvia, no entanto, de nada serve se não for explorada para abranger, também, o mundo dos negócios. Temos a língua inglesa como a nossa maior concorrente e tudo funciona muito à sua volta no mundo empresarial. Porém, o estar numa região em que todos falamos a mesma língua é uma clara mais-valia, agora, o que é preciso é que haja de facto vontade e negócio que justifique o uso da língua. A principal questão é esta. É preciso ter sobre o que falar. Há que criar as componentes para que se internacionalize a língua portuguesa como língua de trabalho dentro da comunidade CPLP. Não há dúvidas que tantos países a falar a mesma língua é uma poderosa arma mas cabe-nos a nós trazer a componente de negócio para a redimensionar.

Que papel ambiciona a CGA manter dentro daquele que é o projeto CPLP?

A CGA pretende estar o mais possível dentro da CPLP. Não temos a ilusão de que somos nós que iremos mudá-la mas queremos fazer parte consoante o que nos for possível e realista.

É nossa verdadeira intenção conseguir dinamizar, dentro da realidade, a comunidade ao construir uma sinergia que funcione a favor.

Como já referi acredito veemente no projeto e considero que a CPLP possa ser um grande catalisador de extraordinários negócios e, também, de desenvolvimento dos países que dela fazem parte.

Enquanto sociedade de advogados, estamos presentes e continuaremos a contribuir, dentro dos possíveis, para sermos uma referência, tanto no mercado moçambicano, como no mercado externo, promovendo assim, também, Moçambique. ■